



# TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.3/A.4

e-DOC 988315B7

Proc 33651/2013

Fls.: \_\_\_\_\_

Proc.: 33.651/13

Rubrica

**Processo nº:** 33.651/13 (1 volume e 3 anexos)  
**Jurisdicionada:** Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF  
**Assunto:** Inspeção  
**Órgão Técnico:** Secretaria de Auditoria - SEAUD  
**MP:** Procuradora MÁRCIA FARIAS  
**Sessão:** Pauta nº 89, S.O. nº 4832, de 8.12.2015  
**Publicação:** DODF nº 231, de 3.12.2015, pág. 27

**Ementa:** Inspeção realizada junto à Polícia Civil do DF com o fim de averiguar o atendimento das Decisões nºs 596/06-CAS, 3.552/05-CRCC e 1.929/13-CAM. Remessa do Relatório de Inspeção à jurisdicionada para manifestação (Decisão nº 2.126/14-CAM). Remessa de informações. PARECERES CONVERGENTES, com acréscimo do **Parquet**. A Instrução sugere que o Tribunal considere superada a determinação constante da Decisão nº 596/06-CAS, reitere a Decisão nº 1.929/13-CAM e determine à PCDF a regularização dos servidores cedidos, de acordo com as disposições do art. 11, da Lei nº 4.878/65. O Ministério Público opina pelo acolhimento das proposições do Corpo Técnico, com acréscimo de se determinar ao Diretor-Geral desta Corte que examine a regularidade dos servidores cedidos pela PCDF. VOTO, de acordo, em parte, com a Instrução.

## RELATÓRIO

Cuidam os autos da Inspeção realizada junto a Polícia Civil do DF com o objetivo de verificar o cumprimento das seguintes deliberações da Corte:

### **DECISÃO Nº 596/06 (CAS)**

*“[...] IV) autorizar: a) a verificação, em futura fiscalização na PCDF, das providências adotadas após o deslinde do Processo/TJDFT 2001.01.1.105887-3; [...]”*



**DECISÃO Nº 3.552/05 (CRCC)**

*“[...] III) recomendar à PCDF a adoção de providências com o objetivo de minimizar as situações observadas ao longo da auditoria, especialmente quanto à cessão de servidores da carreira de polícia civil a outros órgãos, haja vista a elevada demanda de serviços naquela instituição e, ainda, a perspectiva de número considerável de servidores que estarão aptos a solicitar aposentadoria nos próximos anos, conforme relatado nos parágrafos 123 a 128 do Relatório de Auditoria nº 11/2004, sem prejuízo das iniciativas cabíveis no sentido de recompor as vagas abertas no quadro de pessoal; IV) recomendar à PCDF que estude a viabilidade de: a) desenvolver programas informatizados de acompanhamento sobre a elucidação dos crimes apurados em inquéritos, com o intuito de constituir mais uma ferramenta de apoio às decisões gerenciais daquela instituição, informando àquele órgão, desde já, que os programas desenvolvidos em conjunto pela equipe de auditoria e a Divisão de Informática da PCDF se encontram armazenados naquele setor e nesta Casa, disponíveis para uso e aperfeiçoamento, conforme relatado no item III.3. Elucidação de crimes - parágrafos 66 a 122 do Relatório de Auditoria nº 11/2004; b) no desenvolvimento a que se refere o item anterior, incluir programas que afirmam o grau de diferença em elucidação de crimes, pela PCDF, por regiões administrativas no DF, a fim de dispensar-lhes tratamento equânime, a exemplo da metodologia utilizada pela equipe de auditoria, conforme relatado nos parágrafos 116 a 122 do Relatório de Auditoria nº 11/2004; c) fazer registrar, para cada ocorrência criminal ou inquérito policial, informação direta sobre a localidade no DF onde se deu o ilícito penal, conforme relatado nos parágrafos 109 a 111 do Relatório de Auditoria nº 11/2004; V) autorizar: a) o encaminhamento de cópia do Relatório de Auditoria nº 11/2004 (fls. 91/132) e da instrução (fls. 172/186) ao Chefe do Poder Executivo e à Polícia Civil do Distrito Federal para conhecimento das providências recomendadas;”*

**DECISÃO Nº 1.929/13 (CAM):**

*“[...] II. determinar à Secretaria de Segurança Pública do DF que providencie a regularização dos servidores matriculados sob os números 35.981-5, 57.777-4, 31.393-9, 25.906-3, 36.079- 1, 58.154-2, 57.742-1, 57.008-7, 31.620-2, 57.372-8 e 57.772-3, da Polícia Civil do Distrito Federal, aos ditames do artigo 93, I, da Lei Federal nº 8.112/90; [...]”*

2. Constatadas irregularidades, o Tribunal autorizou a remessa do Relatório de Inspeção nº 1.1103.13 ao Secretário de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal – SSP/DF, ao Secretário de Estado de Governo do Distrito Federal e ao Diretor-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF para conhecimento e manifestação (Decisão nº 2.126/14-



CAM, fl. 103).

3. Em atenção ao decidido, as Secretarias de Estado de Segurança Pública e de Governo, bem como a Polícia Civil do DF remeteram os esclarecimentos constantes dos expedientes de fls. 119/124 e 126/141 e 125, respectivamente, acompanhados dos documentos constante dos Anexos I, II e III destes autos.

#### MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO:

4. O Corpo Técnico, por meio do Relatório de Inspeção nº 1.1103.13 (fls. 141/152), analisa as respostas ofertadas nos termos seguintes:

##### ***“Decisão n. 596/2006 (item IV-a)***

*3. Na Sessão Ordinária n. 3984, de 14/03/2006, ao examinar o Processo n. 3542/1998<sup>1</sup>, mediante a Decisão n. 596/2006 (item IV-a), fl. 01 (cópia), o egrégio Plenário resolveu:*

*(...) IV) autorizar: a) a verificação, em futura fiscalização na PCDF, das providências adotadas após o deslinde do Processo/TJDFT 2001.01.1.105887-3; (...).*

*4. O Processo/TJDFT n. 2001.01.1.105887-3 versou sobre a legalidade do pagamento de gratificações a policiais civis cedidos à Câmara Legislativa do Distrito Federal. Conforme registrado às fls. 64/66, os autos transitaram em julgado em 12/12/2005 com a negativa de provimento do pleito dos servidores impetrantes.*

*5. Em consequência, por meio da Nota de Inspeção n. 01/33651/2013, fls. 71/72, foram solicitados esclarecimentos à PCDF sobre as ações administrativas desencadeadas após o deslinde do Processo/TJDFT n. 2001.01.1.105887-3. Em resposta, por meio do Ofício n. 2970/2013-DGP, de 21/10/2013, fls. 01/03 do Anexo I, a Jurisdicionada noticiou que:*

*“(...) em março/2002, em cumprimento ao contido na Decisão nº 766/2002<sup>2</sup> – TCDF, a qual estabeleceu que “a*

<sup>1</sup> Autuado para processar a Representação nº 7/1998, formulada pela então 1ª Inspeção de Controle Externo, em razão de matéria jornalística em que se noticiava a existência de grande contingente da Polícia Militar exercendo função estranha à segurança pública. Nos autos também foi examinado o pagamento da gratificação instituída pela Lei nº 1654/1997 a servidores civis e militares das carreiras de segurança pública do Distrito Federal, norma considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal – STF (ADI 2705), conforme registrado às fls. 02/04.

<sup>2</sup> O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I) ter por cumprida a determinação constante da Decisão nº 9.859/2000; II) considerar legal, para fins de registro, a



*incorporação da referida vantagem deverá ser pelo valor da retribuição das atividades efetivamente exercidas na Câmara Legislativa e não pelo valor dos cargos resultantes da correlação prolatada na referida Instrução Normativa”, a incorporação da vantagem passou a ser com o fundamento nos cargos comissionados do órgão cessionário.*

*Contudo, a incorporação de décimos foi extinta no ano de 2006 em razão do advento da Lei Federal nº 11.361/2006, com vigência a contar de 1º de setembro de 2006, a qual implementou o subsídio como forma de pagamento aos integrantes das Carreiras de Delegado de Polícia e de Policial Civil do Distrito Federal, oportunidade em que todas as parcelas foram absorvidas.”*

6. *Verifica-se, portanto, que com o advento da Lei Federal n. 11.361/2006 e da negativa de provimento da ação judicial objeto do Processo/TJDFT n. 2001.01.1.105887-3 tornou-se desnecessária a adoção de providências administrativas saneadoras pela Polícia Civil do Distrito Federal, no que tange a eventuais ajustes na remuneração dos servidores à época cedidos à Câmara Legislativa.*

7. *Registre-se que, em caráter excepcional, o egrégio Plenário considerou regulares os atos praticados pela PCDF em virtude da sistemática remuneratória introduzida pela Lei Federal n. 11.361/2006, conforme apontado na Decisão n. 6868/2006:*

*O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e, em parte, o parecer do Ministério Público, decidiu: I - aplicar aos servidores ocupantes de cargos das Carreiras de Delegado de Polícia e Polícia Civil do Distrito Federal o Regime Jurídico disciplinado pela Lei nº 4.878, de 03 de dezembro de 1965, e, subsidiariamente, o Regime Jurídico estabelecido pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, ambas com as modificações ocorridas na área federal; II - **excepcionalmente, em razão da nova sistemática remuneratória introduzida pela Lei federal nº 11.361, de 19/10/06, e em benefício do princípio da segurança jurídica, considerar regulares os procedimentos até então realizados pela Polícia Civil do Distrito Federal quanto à forma e à legislação utilizada para fundamentar***

---

concessão sob exame; III) tomar conhecimento do apostilamento efetuado nos autos; IV) recomendar à Secretaria de Gestão Administrativa do DF que reveja o apostilamento, para inclusão da melhoria posterior decorrente de atualização de Quintos incorporados, transformados em Décimos (considerando a correlação de cargos da Instrução Normativa nº 2, de 2 de setembro de 1998, da Secretaria de Administração), haja vista que, de acordo com o novo entendimento preconizado na Decisão TCDF nº 22/2000, S.E.A nº 320 de 24.08.2000, mantida pela Decisão nº 5.836/2001, S.O. nº 3.608, de 11.09.2001, a incorporação da referida vantagem deverá ser pelo valor da retribuição das atividades efetivamente exercidas na Câmara Legislativa e não pelo valor dos cargos resultantes da correlação prolatada na referida Instrução Normativa, o que será objeto de verificação em futura auditoria.



**a concessão de licença-prêmio por assiduidade e a incorporação de quintos ou décimos, opção e representação e parcelas de adicional por tempo de serviço aos vencimentos, proventos e pensões referentes aos policiais civis do Distrito Federal; III - vincular a definição quanto à competência para legislar sobre a organização administrativa das unidades e respectivos cargos ou funções comissionados da Polícia Civil do Distrito Federal ao que vier a ser decidido pelo Supremo Tribunal Federal nos autos da ADI nº 3666, que aprecia a constitucionalidade das Leis distritais nos 2.835/2001, 3.100/2002 e 3.656/2005; IV - informar o teor desta decisão à Governadora do Distrito Federal, ao Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal e ao Diretor-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal; V - autorizar o arquivamento dos autos. Declarou-se impedido de participar do julgamento deste processo o Conselheiro RONALDO COSTA COUTO. Decidiu, mais, acolhendo proposição do Conselheiro RENATO RAINHA, mandar publicar, em anexo à ata, o relatório/voto da Relatora. (não há grifo no original)**

8. Assim, encontra-se superado o item IV-a da Decisão n. 596/2006.

**Decisão n. 3552/2005 (itens III, IV e V-b)**

9. Na Sessão Ordinária n. 3933, de 21/07/2005, ao examinar o Processo n. 2254/2003<sup>3</sup>, mediante a Decisão n. 3552/2005 (itens III, IV e V-b), fls. 10/11 (cópia), o egrégio Plenário resolveu:

(...) III) recomendar à PCDF a adoção de providências com o objetivo de minimizar as situações observadas ao longo da auditoria, especialmente quanto à cessão de servidores da carreira de polícia civil a outros órgãos, haja vista a elevada demanda de serviços naquela instituição e, ainda, a perspectiva de número considerável de servidores que estarão aptos a solicitar aposentadoria nos próximos anos, conforme relatado nos parágrafos 123 a 128 do Relatório de Auditoria nº 11/2004, sem prejuízo das iniciativas cabíveis no sentido de recompor as vagas abertas no quadro de pessoal; IV) recomendar à PCDF que estude a viabilidade de: a) desenvolver programas informatizados de acompanhamento sobre a elucidação dos crimes apurados em inquéritos, com o intuito de constituir mais uma ferramenta de apoio às decisões gerenciais daquela instituição, informando àquele órgão, desde já, que os

<sup>3</sup> Autuado para processar a Auditoria Operacional levada a efeito na Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Distrito Federal, na Polícia Civil do Distrito Federal, na Polícia Militar do Distrito Federal, no Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e no Departamento de Trânsito do Distrito Federal, realizada ao longo dos exercícios de 2002 e 2003 e originalmente tratada no Processo-TCDF nº 988/2002.





*programas desenvolvidos em conjunto pela equipe de auditoria e a Divisão de Informática da PCDF se encontram armazenados naquele setor e nesta Casa, disponíveis para uso e aperfeiçoamento, conforme relatado no item III.3. Elucidação de crimes - parágrafos 66 a 122 do Relatório de Auditoria nº 11/2004; b) no desenvolvimento a que se refere o item anterior, incluir programas que afirmam o grau de diferença em elucidação de crimes, pela PCDF, por regiões administrativas no DF, a fim de dispensar-lhes tratamento equânime, a exemplo da metodologia utilizada pela equipe de auditoria, conforme relatado nos parágrafos 116 a 122 do Relatório de Auditoria nº 11/2004; c) fazer registrar, para cada ocorrência criminal ou inquérito policial, informação direta sobre a localidade no DF onde se deu o ilícito penal, conforme relatado nos parágrafos 109 a 111 do Relatório de Auditoria nº 11/2004; V) autorizar: (...) b) a verificação, em futura auditoria, da efetividade das medidas a que se referem os itens III e IV anteriores; (...).*

*10. No que tange ao item IV, a verificação do acolhimento das recomendações da Corte integrou o roteiro da Auditoria Operacional realizada na Polícia Civil do Distrito Federal no âmbito do Processo nº 11461/2013. Portanto, a matéria não foi objeto de exame na presente inspeção.*

*11. Quanto ao item III, por meio da Nota de Inspeção n. 01/33651/2013, fls. 71/72, foram solicitados esclarecimentos à PCDF sobre as medidas adotadas em atenção à decisão da Corte. Na sequência, foi selecionada amostra para fiscalização in loco contendo os processos em que houve a cessão de servidores pela PCDF, nos últimos 12 (doze) meses<sup>4</sup>, conforme registrado no demonstrativo de fls. 64/67 do Anexo I.*

*12. Em síntese, verificou-se que a PCDF examina os pedidos de cessão de servidores observando o disposto no art. 11 da Lei Federal n. 4.878/1965<sup>5</sup>, bem como as recomendações contidas no Relatório de Auditoria Anual de Contas n. 201109258, Auditoria n. 246555, fls. 130/132 do Anexo I, elaborado pela Controladoria Geral da União<sup>6</sup>.*

<sup>4</sup> Contados a partir de outubro/2013.

<sup>5</sup> Lei n. 4878/65 - Dispõe sobre o regime jurídico peculiar dos funcionários policiais civis da União e do Distrito Federal.

(...) Art. 11. O funcionário policial não poderá afastar-se de sua repartição para ter exercício em outra ou prestar serviços ao Poder Legislativo ou a qualquer Estado da Federação, salvo quando se tratar de atribuição inerente à do seu cargo efetivo e mediante expressa autorização do Presidente da República ou do Prefeito do Distrito Federal, quando integrante da Polícia do Distrito Federal.

<sup>6</sup> RECOMENDAÇÃO: 001- Recomendamos ao Gestor do FCDF atuar junto à PCDF e aos demais órgãos do Governo do Distrito Federal, de forma a buscar maior agilidade no reembolso ao fundo dos recursos relativos a pagamentos a servidores cedidos.

RECOMENDAÇÃO: 002 - Recomendamos à PCDF que adote as providências para o retorno dos servidores cedidos, mediante notificação prévia, nos casos de não efetivação dos reembolsos devidos, em atendimento ao contido no § 2º, do art. 4º, do Decreto nº 4.050/2001, sob pena de suspensão do pagamento da remuneração, conforme preceitua o parágrafo único, do artigo 10, do mesmo decreto.



# TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/A.4

e-DOC 988315B7

Proc 33651/2013

Fls.: \_\_\_\_\_

Proc.: 33.651/13

Rubrica

*13. Ademais, resumidamente, o regramento vigente prescreve que os quadros da Polícia Civil do Distrito Federal só podem ser cedidos quando atendidos aos menos os seguintes requisitos:*

✓ *Correlação entre as atribuições dos cargos efetivo e comissionado (art. 11 da Lei Federal n. 4878/1965);*

✓ *Ressarcimento das despesas relacionadas ao cargo efetivo pelo órgão cessionário (§ 2º do art. 4º, do Decreto n. 4.050/2001);*

*14. Não obstante, na amostra examinada, verificou-se a cessão de diversos servidores sem a realização de estudos prévios capazes de comprovar a existência de correlação entre os cargos efetivo e comissionado. Além disso, em alguns casos, quando o citado estudo foi realizado pela PCDF e houve a indicação da ausência de correlação das atribuições, a restrição legal restou ignorada pela Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal<sup>7</sup>, que autorizou a cessão sem a suficiente motivação.*

*15. Aponta-se, como exemplo dessas falhas, as seguintes cessões:*

**Processo nº 052.000.761/2011: WELLINTON TORRES ANTUNES.** Nomeado em 14/03/2013 para exercer o cargo de Assessor Especial da Subsecretaria de Acompanhamento Ambiental da Secretaria de Estado de Regularização de Condomínios (CNE-07), sem a verificação da correlação de atribuições dos cargos efetivo e comissionado, conforme documentos de fls. 111/112 do Anexo I;

**Processo nº 052.000958/2003: PEDRO CARDOSO DE SANTANA FILHO.** Nomeado em 25/03/2013 para o cargo de Subsecretário da Subsecretaria de Logística e Infraestrutura da Saúde da Secretaria de Estado de Saúde (CNE-02), sem a verificação da correlação de atribuições dos cargos efetivo e comissionado, conforme documentos de fls. 119/120 do Anexo;

RECOMENDAÇÃO: 003 - Recomendamos à PCDF nos casos de continuidade de cessão, verificada sua regularidade, proceder à comunicação mensal dos valores a serem reembolsados pelos órgãos cessionários, conforme o disposto no § 1º, do art. 4º, do Decreto nº 4.050/2001.

RECOMENDAÇÃO: 004 - Recomendamos à PCDF notificar os servidores cedidos para o exercício de funções não correlatas ao seu cargo que deverão retornar ao exercício de seus cargos, conforme o disposto no art. 71, da Lei n. 4.878/65.

RECOMENDAÇÃO: 005 - Recomendamos à PCDF observar na cessão de servidores o enunciado no parágrafo único do art. 23 do Decreto n. 59.310/66, que dispõe que o afastamento obedecerá sempre a prazo certo, permitida, contudo, a sua prorrogação, no interesse do Serviço Público.

RECOMENDAÇÃO: 006 - Recomendamos à PCDF solicitar ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG a criação de códigos identificadores no SIAPE para os cessionários do Distrito Federal, a exemplo do código criado para a Câmara Legislativa do DF, como informado, de modo a possibilitar o controle administrativo via sistema das cessões procedidas.

<sup>7</sup> Competência delegada nos termos do Decreto n. 22.994/2002, art. 1º, I – Autorizar cessão e prorrogação de cessão de servidor para órgão ou entidade da Administração Pública direta, autárquica e fundacional, bem como de empresas públicas e Sociedades de Economia Mista do Distrito Federal.



# TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/A.4

e-DOC 988315B7

Proc 33651/2013

Fls.: \_\_\_\_\_

Proc.: 33.651/13

Rubrica

**Processo nº 052.000.686/2006:** JANINE RODRIGUES BARBOSA. Ocupava o cargo de Administradora Regional de São Sebastião até 10/03/2013. Em 11/03/2013, foi devolvida à PCDF, fl. 124, quando já se encontrava nomeada para o cargo de Assessora Especial do Gabinete da Secretaria de Estado de Regularização de Condomínios (CNE-07). Em 14/03/2013, foi apresentada à citada Secretaria, sem a verificação da correlação de atribuições dos cargos efetivo e comissionado, conforme documentos de fls. 125, 127 e 143 do Anexo I;

**Processo nº 052.000.404/2013:** JONHSON MESQUITA OLIVEIRA. Nomeado para o cargo de Assessor da Subsecretaria de Assuntos Fundiários da Secretaria de Estado de Regularização de Condomínios (CNE-07), em 14/03/2013, fl. 200. Neste caso, igualmente, não foi realizada a correlação entre os cargos efetivo e comissionado, fl. 217;

**Processo nº 052.001.308/2013:** JOÃO PAULO SANT'ANA DA CONCEIÇÃO. Nomeado para o Cargo de Gerente da Gerência de Apoio Rural da Administração Regional de Brazlândia, em 02/08/2013. Em 05/08/2013, o Departamento de Gestão de Pessoas da PCDF se manifestou contrariamente à correlação entre os cargos efetivo e comissionado, fls. 168/173. Mesmo o estudo sendo reiterado pela Direção-Geral da PCDF, fls. 177/179, em 09/08/2013, o Secretário de Estado de Governo autorizou a referida cessão, fl. 180 do Anexo I.

16. Registre-se que a inobservância do disposto no art. 11 da Lei Federal n. 4878/1965 chega ao ponto de, em diversos casos, a PCDF tomar conhecimento da cessão de seus servidores após a publicação do ato de nomeação para o cargo em comissão ou função de confiança no Diário Oficial do Distrito Federal, ocasião em que, tardiamente, a Corporação procura obter informações para verificar o atendimento da exigência legal, conforme demonstram os documentos de fls. 111/112, 119, 127, 143 e 217 do Anexo I.

17. Por fim, cabe noticiar que a Secretaria de Estado de Governo, por meio do Ofício – DGPC (cópia com número borrado), de 10/09/2012, Protocolo n 722.298/2012-DGPC, fls. 135/139 do Anexo I, foi informada pela PCDF das restrições impostas pela Lei Federal n. 4878/1965 na cessão de servidores da PCDF. Todavia, nenhuma providência efetiva foi adotada pela referida jurisdição, tanto no que se refere aos servidores cedidos indevidamente, quanto ao indeferimento de novas cessões irregulares.

Considerações da Jurisdicionada

18. Em atenção ao item II da Decisão n. 2126/2014, fl. 103, por





# TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/A.4

e-DOC 988315B7

Proc 33651/2013

Fls.: \_\_\_\_\_

Proc.: 33.651/13

Rubrica

*meio do Ofício n. 1160/2014 – GAB/SEG, a Secretaria de Estado de Governo trouxe as autos, em síntese, as seguintes considerações (fls. 126/140 e Anexos II e III):*

*a) O critério temporal utilizado nesta inspeção, que alcançou apenas os 12 (doze) meses anteriores à sua realização, mostrou-se inapropriado na medida em que inúmeras outras cessões de Policiais Civis ocorreram em períodos anteriores, por exemplo, nos exercícios de 1998 e 1999. Destacou que estes desempenham funções de importância ímpar para os Poderes Executivo Federal e Distrital, Judiciário e Legislativo;*

*b) O preceito instituído pelo art. 11 da Lei Federal n. 4878/1965 pode ser relativizado pelo TCDF, na medida em que remota a uma época em que o Distrito Federal não possuía autonomia administrativa;*

*c) Nos casos elencados no §15 supra apenas no Processo n. 052.001.308/2013 a cessão do servidor foi autorizada pelo Titular da Secretaria de Estado de Governo e signatário do Ofício n. 1160/2014 – GAB/SEG. Dos 53 processos examinados, 39 não continham a autorização do referido gestor. Ademais, em diversos casos sua autorização buscou apenas providenciar a regularização funcional do servidor a pedido da PCDF;*

*d) Por fim, pleiteou a aplicação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, considerando a importância das funções exercidas por alguns cedidos, cujas cessões foram realizadas de acordo com a interpretação plausível e razoável da legislação federal e distrital que regem a matéria.*

## *Posicionamento do Corpo Técnico*

*19. Preliminarmente, faz-se necessário registrar que a presente inspeção não tem por objetivo avançar na discussão de mérito realizada no âmbito do Processo n. 2254/2003, que fundamentou a deliberação consignada na Decisão n. 3552/2005 objeto do § 9º desta instrução. Busca-se tão somente verificar se a determinação plenária está sendo cumprida pela Polícia Civil do Distrito Federal.*

*20. Nesse sentido, a amostra de processos de cessão examinada nesta inspeção restringiu-se ao período de outubro/2013 a setembro de 2014 por este lapso temporal mostrar-se suficiente e contemporâneo para verificar se os órgãos da Segurança Pública do Distrito Federal estavam cumprindo a Decisão n. 3552/2005 (item III). Assim, houve a análise de ao menos 53 eventos.*

*21. Neste exame restou evidenciada a cessão de diversos servidores sem a verificação da existência de correlação entre os cargos efetivo e comissionado. Além disso, houve cessões em*



# TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/A.4

e-DOC 988315B7

Proc 33651/2013

Fls.: \_\_\_\_\_

Proc.: 33.651/13

Rubrica

*que a averiguação foi realizada pela PCDF, mas foi ignorada pela Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal. Tais irregularidades encontram-se ratificadas pelo Ofício n. 1160/2014 – GAB/SEG (fls. 126/140).*

*22. De outro lado, no presente, mostra-se intempestiva e inoportuna a pretensão da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal de rediscutir a aplicação das disposições do art. 11 da Lei Federal n. 4878/1965 aos integrantes da Polícia Civil local, na medida em que a Corte examinou a matéria no âmbito do Processo n. 2254/2003 há quase uma década, não tendo aquela Pasta demonstrado que houve alteração significativa do contexto que motivou a Decisão n. 3552/2005, ou seja, de escassez nos quadros da corporação civil.*

*23. A propósito, em recente manifestação<sup>8</sup>, a PCDF noticiou a adoção de diversas providências para mitigar a limitação de colaboradores porque passa a corporação, como, por exemplo, a edição Lei n. 12.803/2013<sup>9</sup> e a realização de concursos públicos para os cargos de Agente e Escrivão de Polícia, Delegado de Polícia, Perito Médico Legista e Papiloscopista Policial.*

*24. Assim, deverá o egrégio Plenário fixar novo prazo para que a Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal, a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal e a Polícia Civil do Distrito Federal deem efetivo cumprimento ao disposto no art. 11 da Lei Federal n. 4878/1965.*

*Decisão n. 1929/2013 (itens II e III-a)*

*25. Na Sessão Ordinária n. 4595, de 02/05/2013, ao examinar o Processo n. 988/2002<sup>10</sup>, mediante a Decisão n. 1929/2013 (itens II e III-a), fl. 41 (cópia), o egrégio Plenário resolveu:*

*II. determinar à Secretaria de Segurança Pública do DF que providencie a regularização dos servidores matriculados sob os números 35.981-5, 57.777-4, 31.393-9, 25.906-3, 36.079-1, 58.154-2, 57.742-1, 57.008-7, 31.620-2, 57.372-8 e 57.772-3, da Polícia Civil do Distrito Federal, aos ditames do artigo 93, I, da Lei Federal nº 8.112/1990; III. autorizar: a) a verificação, em futura auditoria, das medidas que vierem a ser adotadas; (...).*

*26. Para verificar o atendimento da referida determinação da Corte, por meio da Nota de Inspeção n. 01/33651/2013, fls. 71/72,*

<sup>8</sup> No âmbito do Processo nº 11461/2013, fls. 135/294, em atenção ao Despachos Singulares nºs 36 e 140/2014-CRR.

<sup>9</sup> Que cria cargos nas Carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal, dentre outras deliberações.

<sup>10</sup> Autuado para processar a Auditoria Operacional realizada na então Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, na Polícia Civil, na Polícia Militar, no Corpo de Bombeiros Militar e no Departamento de Trânsito, órgãos e entidades integrantes do sistema de segurança pública do Distrito Federal, no exercício de 2003; em que restou constatada, entre outras falhas, a cessão irregular de policiais e bombeiros militares e policiais civis ao Sistema Penitenciário distrital.



# TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/A.4

e-DOC 988315B7

Proc 33651/2013

Fls.: \_\_\_\_\_

Proc.: 33.651/13

Rubrica

*foi solicitado à PCDF o histórico funcional dos servidores indicados na deliberação acima, bem como a relação daqueles que, pertencentes aos quadros da Corporação, estivessem com lotação na Subsecretaria do Sistema Penitenciário da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal - SESIPE/SSP. Adicionalmente, foram realizadas inspeções in loco nesses órgãos.*

*27. Conforme registrado no PT – 02, fl. 83 do Anexo I, verificou-se que os servidores indicados na Decisão n. 1929/2013 (item II) continuam lotados na SESIPE/SSP, salvo os de matrícula ns. 25.906-3 e 31620-2, que se encontram aposentados, de ns. 57.777-4 e 57.372-8, disponibilizados a outras unidades da SSP, e de n. 58.154-2, com exercício na PCDF.*

*28. Além disso, encontra-se registrada no PT - 03, fls. 94/95 do Anexo I, a existência de novas lotações de servidores da PCDF na SESIPE/SSP, as quais não se enquadram nos ditames do art. 93, inciso I, da Lei Federal n. 8.112/1990, observando o entendimento constante na Decisão n. 1929/2013.*

*29. Para aprofundar o exame da questão e conhecer eventuais ações desencadeadas pela SSP em atenção à Decisão n. 1929/2013, foi realizada reunião com o Subsecretário de Administração Geral/SSP, Sr. ÁLVARO HENRIQUE F. DOS SANTOS, que comunicou que até a presente data a Secretaria não havia adotado nenhuma ação efetiva em relação aos servidores cedidos pela PCDF e com exercício de suas atividades na SESIPE/SSP, em desacordo com o referido normativo federal.*

## *Considerações da Jurisdicionada*

*30. Em atenção ao item II da Decisão nº 2126/2014, fl. 103, por meio do Ofício nº 694/2014 – SUAG/SSP e anexos, a Secretaria de Estado de Segurança Pública trouxe as autos, em síntese, as seguintes considerações (fls. 119/124):*

*a) A Corte ao examinar o Processo nº 988/2002 tolerou que a regularização do exercício das funções próprias do Sistema Penitenciário ocorresse após a realização de concurso para o cargo de Agente de Atividades Penitenciárias (denominação atual). Com o provimento de 1600 desses servidores, tornou-se possível a devolução da maioria dos policiais e bombeiros militares e policiais civis então afetados no serviço penitenciário. Todavia, devido à insuficiência do quadro próprio e outras dificuldades fáticas, subsiste a necessidade da composição de força-tarefa no sistema penitenciário com a participação de tais servidores das demais carreiras da Segurança Pública do Distrito Federal;*

*b) A evolução do regramento jurídico a que submetem os servidores da Segurança Pública do Distrito Federal mostra*



*que até a edição da Lei n. 3.669/2005 inexistia restrição ao exercício desses no Sistema Penitenciário. Em seguida, ressaltou que os §§ 4º e 7º do art. 93 da Lei n. 8112/1990<sup>11</sup> autoriza o exercício de policiais e bombeiros militares e policiais civis no Sistema Penitenciário;*

*c) Por fim, requereu: primeiro, a prorrogação do prazo contido na Decisão n. 2948/2004<sup>12</sup> para um momento posterior à realização de novo concurso para ampliação do quadro de Agentes de Atividades Penitenciárias; segundo, a aplicação de outras hipóteses de afastamento, que não exigem nomeação em cargo em comissão ou função de confiança, previstas nos §§ 4º e 7º do art. 93 da Lei n. 8112/1990.*

*31. Ademais, por meio do Ofício n. 1375/2014-DGP, fl. 125, a Direção Geral da Polícia civil do Distrito Federal informou que “os servidores ocupantes do cargo de Agente de Polícia, que estão exercendo suas atividades na Subsecretaria do Sistema Penitenciário da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal – SESIPE/SSP, não estão na condição de cedidos, mas lotados, posto que o Decreto Distrital n. 14.061/92 considera como exercício funcional a lotação dos servidores integrantes da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal naquela Secretaria”.*

#### *Posicionamento do Corpo Técnico*

*32. Preliminarmente, faz-se necessário registrar que a presente inspeção não tem por objetivo avançar na discussão de mérito realizada no âmbito do Processo n. 988/2002, que fundamentou a deliberação consignada na Decisão n. 1929/2013. Busca-se tão somente verificar se a determinação plenária está sendo cumprida pela SESIPE/SSP.*

*33. A manifestação da Secretaria de Estado de Segurança*

<sup>11</sup> Lei nº 8112/1990:

Art. 93. O servidor poderá ser cedido para ter exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, ou do Distrito Federal e dos Municípios, nas seguintes hipóteses:

(...)

§ 4º Mediante autorização expressa do Presidente da República, o servidor do Poder Executivo poderá ter exercício em outro órgão da Administração Federal direta que não tenha quadro próprio de pessoal, para fim determinado e a prazo certo.

(...)

§ 7º O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com a finalidade de promover a composição da força de trabalho dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, poderá determinar a lotação ou o exercício de empregado ou servidor, independentemente da observância do constante no inciso I e nos §§ 1º e 2º deste artigo.

<sup>12</sup> Decisão n. 2948/2004 (objeto do Processo n. 988/2002):

O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: (...) XIII. conceder prazo de um ano à SSPDS, PCDF, PMDF e CBMDF para que regularizem a situação relativa aos agentes de polícia (cerca de 50), policiais militares (cerca de 40) e bombeiros militares (cerca de 50), alocados irregularmente ao Sistema Penitenciário (Gerência Penitenciária de Operações Especiais - GEPOE), promovendo o retorno dos mesmos aos seus órgãos de origem, devendo tal ponto figurar como objeto de novo exame por ocasião dos próximos trabalhos de auditoria naqueles órgãos; (...).



# TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.3/A.4

e-DOC 988315B7

Proc 33651/2013

Fls.: \_\_\_\_\_

Proc.: 33.651/13

Rubrica

*Pública apenas confirma a situação observada em sede de inspeção, qual seja, a existência de servidores civis e militares exercendo irregularmente atividades próprias do cargo de Agente de Atividades Penitenciárias. Registre-se que nem o provimento de cerca de 1600 servidores do quadro próprio do Sistema Penitenciário mostrou-se suficiente para a SESIPE regularizar por completo a situação dos agentes de polícia, policiais e bombeiros militares alocados irregularmente ao Sistema Penitenciário, em desacordo com a Decisão n. 1929/2013.*

*34. Além disso, transcorridos mais de 10 anos da emissão da Decisão nº 2948/2004 pelo TCDF, a jurisdicionada limita-se a pleitear que o prazo então concedido, de 1 (um) ano, seja prorrogado. De outro lado, requer que a Corte permita o irregular exercício de servidores em atividade para a qual há quadro próprio, ainda que aqueles não detenham competência legal e expressa para executá-la.*

*35. Nesse contexto, inexistente razão para que a Corte autorize o seguimento das demandas da Secretaria de Estado de Segurança Pública. Primeiro porque a irregularidade afronta o disposto no § 4º do art. 93 da Lei nº 8112/1990, uma vez que há quadro próprio no Sistema Penitenciário local, qual seja, o cargo de Agente de Atividades Penitenciárias. Segundo, porque o § 7º da referida norma não alcança os órgãos que integram o complexo administrativo do Distrito Federal, como são exemplos a SSP/DF e SESIPE. Terceiro, porque as disposições do Decreto Distrital nº 14.061/1992 não transferem à Carreira de Polícia Civil as atribuições próprias do cargo de Agente de Atividades Penitenciárias.*

*37. Assim, deverá o egrégio Plenário fixar novo prazo para que a SSP/DF dê efetivo cumprimento ao item II da Decisão n. 1929/2013, alertando ao seu titular que o descumprimento de determinação da Corte poderá ensejar a aplicação da penalidade prevista no art. 57, inciso IV, da Lei Complementar nº 01/1994.”*

## 5. Concluindo, a Instrução sugere ao Tribunal:

*I. tomar conhecimento dos documentos constantes às fls. 104/140 e nos Anexos II e III;*

*II. considere superado o item IV-a da Decisão n. 596/2006, em face do entendimento contido na Decisão n. 6868/2006 e do desfecho do Processo/TJDFT n. 2001.01.1.105887-3, cujo objeto restou não provido;*

*III. reitere à SSP/DF o item II da Decisão n. 1929/2013, determinando-lhe que, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as providências cabíveis para regularizar a situação indevida anotada nesta Inspeção, observando as diretrizes contidas no Processo n.*





# TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/A.4

e-DOC 988315B7

Proc 33651/2013

Fls.: \_\_\_\_\_

Proc.: 33.651/13

Rubrica

*988/2002; e remetendo à Corte, no mesmo prazo, a documentação probatória das medidas efetivamente realizadas;*

*IV. determinar à Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal, à Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal e à Polícia Civil do Distrito Federal que, no prazo de 60 (sessenta) dias, deem efetivo cumprimento ao disposto no art. 11 da Lei Federal n. 4878/1965, por meio da:*

*a) verificação da correlação entre as atribuições dos cargos efetivo e comissionado dos servidores oriundos dos quadros da PCDF cedidos para os complexos administrativos distrital, estadual, municipal e federal;*

*b) adoção de providências cabíveis para:*

*i) o imediato retorno à PCDF dos servidores em que for constatado o desatendimento da referida norma;*

*ii) evitar que falhas semelhantes ocorram no futuro.*

*c) remessa à Corte, no prazo supra indicado, da documentação probatória das medidas corretivas efetivamente adotadas.*

*V. alerte aos titulares da SSP/DF, SEGOG/DF e PCDF que o descumprimento de determinação da Corte poderá ensejar a aplicação da penalidade prevista no art. 57, inciso IV, da Lei Complementar nº 01/1994;*

*VI. autorize:*

*a) o envio de cópia deste Relatório à SSP/DF, PCDF e SEGOV/DF;*

*b) o retorno dos autos à Secretaria de Auditoria para as providências pertinentes.”*

## MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO:

6. O Ministério Público junto a esta Corte de Contas, por meio do Parecer nº 138/15 (fls. 155/162), da lavra da Procuradora MÁRCIA FARIAS, opina pelo acolhimento das proposições da Unidade Instrutiva, com acréscimo. Do mencionado Parecer, destaco o seguinte trecho:

*“7. Inicialmente cabe destacar que a fase em que se encontram os autos é de apresentação do Relatório de Inspeção. O envio ao gestor para manifestação, em respeito ao art. 41 da LC 1/94, anteriormente mencionado, cumpre o papel apenas de orientar o*



*trabalho do corpo técnico em suas sugestões ao egrégio plenário.*

8. *O Relatório tratou de três itens distintos, cada um cuidando de uma decisão proferida por esta Corte para verificação em auditoria ou inspeção futura. Todos os itens já foram objeto de análise e manifestação deste Parquet (Parecer nº 271-2014-MF, fls. 88/92). No momento cabe verificar somente se as manifestações apresentadas pelos gestores foram suficientes para alterar as sugestões anteriormente elencadas.*

***Decisão nº 596/2006 (item IV-A)***

9. *Sem reparos ou alterações pois não houve modificação em relação ao Relatório de Inspeção inicial.*

***Decisão nº 3552/2005 (itens III, IV e V-b)***

10. *A Secretaria de Estado de Governo trouxe aos autos as seguintes considerações, sintetizadas pelo corpo técnico da seguinte forma:*

*“a) O critério temporal utilizado nesta inspeção, que alcançou apenas os 12 (doze) meses anteriores à sua realização, mostrou-se inapropriado na medida em que inúmeras outras cessões de Policiais Civis ocorreram em períodos anteriores, por exemplo, nos exercícios de 1998 e 1999. Destacou que estes desempenham funções de importância ímpar para os Poderes Executivo Federal e Distrital, Judiciário e Legislativo;*

*b) O preceito instituído pelo art. 11 da Lei Federal n. 4878/1965 pode ser relativizado pelo TCDF, na medida em que remota a uma época em que o Distrito Federal não possuía autonomia administrativa;*

*c) Nos casos elencados no §15 supra apenas no Processo n. 052.001.308/2013 a cessão do servidor foi autorizada pelo Titular da Secretaria de Estado de Governo e signatário do Ofício n. 1160/2014 – GAB/SEG. Dos 53 processos examinados, 39 não continham a autorização do referido gestor. Ademais, em diversos casos sua autorização buscou apenas providenciar a regularização funcional do servidor a pedido da PCDF;*

*d) Por fim, pleiteou a aplicação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, considerando a importância das funções exercidas por alguns cedidos, cujas cessões foram realizadas de acordo com a interpretação plausível e razoável da legislação federal e distrital que regem a matéria.”*

11. *O órgão técnico afirmou que a presente Inspeção não tem objetivo de avançar na discussão de mérito realizada no âmbito do Processo nº 2254/2003, buscando tão somente verificar se a*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/A.4

e-DOC 988315B7

Proc 33651/2013

Fls.: \_\_\_\_\_

Proc.: 33.651/13

Rubrica

*determinação plenária insculpida na Decisão nº 3352/2005 está sendo cumprida pela Polícia Civil do Distrito Federal. Informou que a amostra de processos de cessão restringiu-se ao período de outubro/2013 a setembro de 2014 por este lapso temporal mostrar-se suficiente para verificar o cumprimento da Decisão mencionada. Conclui pela fixação de novo prazo para que a Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal, a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal e a Polícia Civil do Distrito Federal deem efetivo cumprimento ao disposto no art. 11 da Lei Federal nº 4878/1965.*

*12. Este órgão ministerial coaduna com a sugestão proposta para esse item, mas entende necessário acrescentar debater acerca de possível irregularidade levantada pelo então Secretário de Estado de Governo, Gustavo Ponce de Leon Soriano Lago.*

*13. Segundo afirma o Sr. Secretário e conforme demonstrado em farta documentação apresentada (fls. 25 a 235 do Anexo II), há pelo menos uma servidora da PCDF que se encontra neste Tribunal de Contas possivelmente de forma irregular. A Sra. Ângela Alves de Araújo encontra-se cedida pela PCDF a esta Casa desde 1998. Desde então tanto a Direção-Geral da PCDF quanto a Secretaria de Segurança Pública vem negando sistematicamente a cessão da referida servidora, em que pese autorizações anuais posteriores dos diversos governadores e secretários de governo que exerceram mandato desde 1998.*

*14. Afirma a Direção-Geral da PCDF que o Decreto Distrital nº 28.763/2008 não estabelece condições para a cessão concedida. Assim dispõe o referido Decreto:*

*“Art. 1º Fica proibida a cessão de servidores de todas as carreiras das áreas de Educação, Saúde e Segurança do Distrito Federal, para órgãos do Poder Judiciário, Executivo e Legislativo, nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal, bem como para órgãos do Poder Legislativo e Executivo do Distrito Federal.*

*Art. 2º Poderão ser renovadas as cessões efetivadas de servidores das referidas áreas até a presente data, desde que concedidas nas seguintes condições:*

*I – à Presidência da República, para o exercício de qualquer cargo em comissão ou função de confiança.*

*II – ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, cuja remuneração seja igual ou superior à fixada para o DF-11;*

*III – ao Tribunal Superior Eleitoral e ao Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, nas hipóteses previstas na*



*legislação específica.*

*IV – aos demais órgãos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário da União Federal, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, cuja remuneração seja igual ou superior à fixada para o DF-11;*

*V – a todos os órgãos do Poder Executivo do Distrito Federal, à Câmara Legislativa do Distrito Federal e ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, símbolo igual ou superior ao DF-06.*

*§ 1º Nas hipóteses dos incisos I, II, III e IV, o órgão cessionário fica dispensado de proceder ao ressarcimento das despesas realizadas com o pagamento da remuneração do servidor cedido.*

*§ 2º Na hipótese do inciso V, e quando se tratar de servidor cedido da área de segurança pública, o órgão cessionário deverá proceder, mensalmente, ao ressarcimento das despesas realizadas com o pagamento da remuneração respectiva do servidor, bem assim observar o desempenho de atividade correlata à desempenhada na origem pelo servidor.” (fls. 141/142 do Anexo II, grifou-se)*

15. Em outro momento cita Relatório da Auditoria da Corregedoria Geral da União – CGU, que estabeleceu:

**“Recomendamos à PCDF notificar os servidores cedidos para o exercício de funções não correlatas ao seu cargo que deverão retornar ao exercício de seus cargos, conforme o disposto no artigo 71, da Lei nº 4.878/65.”** (grifos do original, fl. 195 do Anexo II)

16. No mesmo documento informa:

*“Ressalta-se que, somando-se a inexistência da correlação entre as atribuições do cargo efetivo de Agente de Polícia e do cargo comissionado, existe ainda o fato da cessão da servidora estar irregular a partir do ano de 2010, tendo em vista que desde então não existe publicação da autorização de prorrogação de cessão.” (fl. 198)*

17. Diante da gravidade do fato, somos pela determinação ao Diretor-Geral do TCDF que verifique a correlação entre as atribuições dos cargos efetivo e comissionado dos servidores oriundos dos quadros da PCDF para este Tribunal e adote providências para o imediato retorno à PCDF dos servidores em que for constatado o desatendimento da referida norma. Verifique, também, se a servidora Ângela Alves de Araújo está, de fato, irregular desde o ano de 2010 neste Tribunal.

**Decisão nº 1929/2013 (itens II e III-a)**



18. A Secretaria de Estado de Segurança Pública trouxe aos autos, em síntese, as seguintes considerações (fls. 119/124):

“a) A Corte ao examinar o Processo nº 988/2002 tolerou que a regularização do exercício das funções próprias do Sistema Penitenciário ocorresse após a realização de concurso para o cargo de Agente de Atividades Penitenciárias (denominação atual). Com o provimento de 1600 desses servidores, tornou-se possível a devolução da maioria dos policiais e bombeiros militares e policiais civis então afetados no serviço penitenciário. Todavia, devido à insuficiência do quadro próprio e outras dificuldades fáticas, subsiste a necessidade da composição de força-tarefa no sistema penitenciário com a participação de tais servidores das demais carreiras da Segurança Pública do Distrito Federal;

b) A evolução do regramento jurídico a que submetem os servidores da Segurança Pública do Distrito Federal mostra que até a edição da Lei n. 3.669/2005 inexistia restrição ao exercício desses no Sistema Penitenciário. Em seguida, ressaltou que os §§ 4º e 7º do art. 93 da Lei n. 8112/1990<sup>13</sup> autoriza o exercício de policiais e bombeiros militares e policiais civis no Sistema Penitenciário;

c) Por fim, requereu: primeiro, a prorrogação do prazo contido na Decisão n. 2948/2004<sup>14</sup> para um momento posterior à realização de novo concurso para ampliação do quadro de Agentes de Atividades Penitenciárias; segundo, a aplicação de outras hipóteses de afastamento, que não exigem nomeação em cargo em comissão ou função de confiança, previstas nos §§ 4º e 7º do art. 93 da Lei n. 8112/1990.”

19. A Direção-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal informou que:

<sup>13</sup> Lei nº 8112/1990:

Art. 93. O servidor poderá ser cedido para ter exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, ou do Distrito Federal e dos Municípios, nas seguintes hipóteses:

(...)

§ 4º Mediante autorização expressa do Presidente da República, o servidor do Poder Executivo poderá ter exercício em outro órgão da Administração Federal direta que não tenha quadro próprio de pessoal, para fim determinado e a prazo certo.

(...)

§ 7º O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com a finalidade de promover a composição da força de trabalho dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, poderá determinar a lotação ou o exercício de empregado ou servidor, independentemente da observância do constante no inciso I e nos §§ 1º e 2º deste artigo.

<sup>14</sup> Decisão n. 2948/2004 (objeto do Processo n. 988/2002):

O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: (...) XIII. conceder prazo de um ano à SSPDS, PCDF, PMDF e CBMDF para que regularizem a situação relativa aos agentes de polícia (cerca de 50), policiais militares (cerca de 40) e bombeiros militares (cerca de 50), alocados irregularmente ao Sistema Penitenciário (Gerência Penitenciária de Operações Especiais - GEPOE), promovendo o retorno dos mesmos aos seus órgãos de origem, devendo tal ponto figurar como objeto de novo exame por ocasião dos próximos trabalhos de auditoria naqueles órgãos; (...).





*“os servidores ocupantes do cargo de Agente de Polícia, que estão exercendo suas atividades na Subsecretaria do Sistema Penitenciário da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal – SESIPE/SSP, não estão na condição de cedidos, mas lotados, posto que o Decreto Distrital n. 14.061/92 considera como exercício funcional a lotação dos servidores integrantes da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal naquela Secretaria” (fl. 125)*

20. O órgão técnico se pronunciou acerca das informações recebidas da seguinte forma:

32 Preliminarmente, faz-se necessário registrar que a presente inspeção não tem por objetivo avançar na discussão de mérito realizada no âmbito do Processo n. 988/2002, que fundamentou a deliberação consignada na Decisão n. 1929/2013. Busca-se tão somente verificar se a determinação plenária está sendo cumprida pela SESIPE/SSP.

33 A manifestação da Secretaria de Estado de Segurança Pública apenas confirma a situação observada em sede de inspeção, qual seja, a existência de servidores civis e militares exercendo irregularmente atividades próprias do cargo de Agente de Atividades Penitenciárias. Registre-se que nem o provimento de cerca de 1600 servidores do quadro próprio do Sistema Penitenciário mostrou-se suficiente para a SESIPE regularizar por completo a situação dos agentes de polícia, policiais e bombeiros militares alocados irregularmente ao Sistema Penitenciário, em desacordo com a Decisão n. 1929/2013.

34 Além disso, transcorridos mais de 10 anos da emissão da Decisão nº 2948/2004 pelo TCDF, a jurisdicionada limita-se a pleitear que o prazo então concedido, de 1 (um) ano, seja prorrogado. De outro lado, requer que a Corte permita o irregular exercício de servidores em atividade para a qual há quadro próprio, ainda que aqueles não detenham competência legal e expressa para executá-la.

35 Nesse contexto, inexistente razão para que a Corte autorize o seguimento das demandas da Secretaria de Estado de Segurança Pública. Primeiro porque a irregularidade afronta o disposto no § 4º do art. 93 da Lei nº 8112/1990, uma vez que há quadro próprio no Sistema Penitenciário local, qual seja, o cargo de Agente de Atividades Penitenciárias. Segundo, porque o § 7º da referida norma não alcança os órgãos que integram o complexo administrativo do Distrito Federal, como são exemplos a SSP/DF e SESIPE. Terceiro, porque as disposições do Decreto Distrital nº 14.061/1992 não transferem à Carreira de Polícia Civil as atribuições próprias do cargo de Agente de Atividades Penitenciárias.



# TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/A.4

e-DOC 988315B7

Proc 33651/2013

Fls.: \_\_\_\_\_

Proc.: 33.651/13

Rubrica

36 Assim, deverá o egrégio Plenário fixar novo prazo para que a SSP/DF dê efetivo cumprimento ao item II da Decisão n. 1929/2013, alertando ao seu titular que o descumprimento de determinação da Corte poderá ensejar a aplicação da penalidade prevista no art. 57, inciso IV, da Lei Complementar nº 01/1994.

21. A sugestão proposta não carece de reparos.

22. O Ministério Público, na essência, concorda com as medidas propugnadas pelo corpo técnico nesta fase processual, às fls. 151/152, com o acréscimo da sugestão proposta no parágrafo 17, na forma a seguir:

I. tomar conhecimento dos documentos constantes às fls. 104/140 e nos Anexos II e III;

II. considere superado o item IV-a da Decisão n. 596/2006, em face do entendimento contido na Decisão n. 6868/2006 e do desfecho do Processo/TJDFT n. 2001.01.1.105887-3, cujo objeto restou não provido;

III. reitere à SSP/DF o item II da Decisão n. 1929/2013, determinando-lhe que, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as providências cabíveis para regularizar a situação indevida anotada nesta Inspeção, observando as diretrizes contidas no Processo n. 988/2002; e remetendo à Corte, no mesmo prazo, a documentação probatória das medidas efetivamente realizadas;

IV. determinar à Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal, à Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal e à Polícia Civil do Distrito Federal que, no prazo de 60 (sessenta) dias, deem efetivo cumprimento ao disposto no art. 11 da Lei Federal n. 4878/1965, por meio da:

a) verificação da correlação entre as atribuições dos cargos efetivo e comissionado dos servidores oriundos dos quadros da PCDF cedidos para os complexos administrativos distrital, estadual, municipal e federal;

b) adoção de providências cabíveis para:

i. o imediato retorno à PCDF dos servidores em que for constatado o desatendimento da referida norma;

ii. evitar que falhas semelhantes ocorram no futuro;

c) remessa à Corte, no prazo supra indicado, da documentação probatória das medidas corretivas efetivamente adotadas;



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.3/A.4

e-DOC 988315B7

Proc 33651/2013

Fls.: \_\_\_\_\_

Proc.: 33.651/13

Rubrica

*V. determine ao Diretor-Geral do TCDF que, no prazo de 60 (sessenta) dias:*

*a) verifique a correlação entre as atribuições dos cargos efetivo e comissionado dos servidores oriundos dos quadros da PCDF para este Tribunal;*

*b) adote providências para o imediato retorno à PCDF dos servidores em que for constatado o desatendimento da referida norma;*

*c) verifique se a servidora mencionada no parágrafo 17 deste Parecer está, de fato, cedida de forma irregular ao Tribunal de Contas do DF desde o ano de 2010;*

*V. alerte aos titulares da SSP/DF, SEGOG/DF e PCDF que o descumprimento de determinação da Corte poderá ensejar a aplicação da penalidade prevista no art. 57, inciso IV, da Lei Complementar nº 01/1994;*

*VI. autorize:*

*a) o envio de cópia deste Relatório e da manifestação do Ministério Público à SSP/DF, PCDF e SEGOV/DF;*

*b) o retorno dos autos à Secretaria de Auditoria para as providências pertinentes.”*

É o Relatório.



## VOTO

7. Cuidam os autos de Inspeção realizada junto à Polícia Civil do DF com o fim de averiguar o atendimento das Decisões nºs 596/06-CAS, 3.552/05-CRCC e 1.929/13-CAM.

8. Constatadas irregularidades, o Tribunal autorizou a remessa do Relatório de Inspeção nº 1.1103.13 ao Secretário de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal – SSP/DF, ao Secretário de Estado de Governo do Distrito Federal e ao Diretor-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF para conhecimento e manifestação (Decisão nº 2.126/14-CAM, fl. 103).

9. Em atenção ao decidido, as Secretarias de Estado de Segurança Pública e de Governo, bem como a Polícia Civil do DF remeteram os esclarecimentos constantes dos expedientes de fls. 119/124 e 126/141 e 125, respectivamente, acompanhados dos documentos constante dos Anexos I, II e III destes autos.

10. Examinada a documentação enviada, a Unidade Instrutiva (fls. 141/152) sugere, em síntese, que o Tribunal:

i) considere superada a determinação constante do inciso IV, “a”, da Decisão nº 596/06-CAS<sup>1</sup>;

ii) reitere a deliberação expressa no inciso II, da Decisão nº 1.929/13-CAM<sup>2</sup>; e

iii) determine à PCDF a regularização dos servidores cedidos, de acordo com as disposições do art. 11, da Lei nº 4.878/65<sup>3</sup>.

11. O Órgão Ministerial, em Parecer nº 138/15 (fls. 155/162), da lavra da Procuradora MÁRCIA FARIAS, opina pelo acolhimento das proposições da Instrução, com acréscimo de se determinar ao Diretor-Geral do Tribunal que examine a regularidade dos servidores cedidos pela PCDF.

<sup>1</sup> **DECISÃO Nº 596/06 (CAS):** “[...] IV) autorizar: a) a verificação, em futura fiscalização na PCDF, das providências adotadas após o deslinde do Processo/TJDFT 2001.01.1.105887-3; [...].”

<sup>2</sup> **DECISÃO Nº 1.929/13 (CAM):** “[...] II. determinar à Secretaria de Segurança Pública do DF que providencie a regularização dos servidores matriculados sob os números 35.981-5, 57.777-4, 31.393-9, 25.906-3, 36.079- 1, 58.154-2, 57.742-1, 57.008-7, 31.620-2, 57.372-8 e 57.772-3, da Polícia Civil do Distrito Federal, aos ditames do artigo 93, I, da Lei Federal nº 8.112/90; [...].”

<sup>3</sup> Art. 11. O funcionário policial não poderá afastar-se de sua repartição para ter exercício em outra ou prestar serviços ao Poder Legislativo ou a qualquer Estado da Federação, salvo quando se tratar de atribuição inerente à do seu cargo efetivo e mediante expressa autorização do Presidente da República ou do Prefeito do Distrito Federal, quando integrante da Polícia do Distrito Federal.



12. A Relatora original dos autos, Conselheira ANILCÉIA MACHADO, declarou-se impedida (Despacho Singular nº 262/15 – GCAM, fls. 163) e estes me foram redistribuídos.

13. Feito esse breve relato, passo ao exame de mérito das questões aqui discutidas.

• **DO INCISO IV, “A”, DA DECISÃO Nº 596/06 (CAS)**

14. Por meio da deliberação supra mencionada, o Tribunal determinou que a PCDF adotasse medidas cabíveis à regularização de pagamentos de gratificações e outras parcelas a servidores cedidos a outros órgãos.

15. Conforme bem delineado pela Unidade Instrutiva, o advento da Lei Federal nº 11.361/2006 – que extinguiu a incorporação de décimos e demais gratificações à PCDF fixando subsídio como forma de remuneração da carreira – somado ao desprovemento da ação judicial objeto do Processo/TJDFT n. 2001.01.1.105887-3 tornou desnecessária a adoção de medidas administrativas com o intuito de efetuar ajustes na remuneração dos servidores cedidos, à época, à Câmara Legislativa do DF.

16. Nesse sentido, corretas as considerações dos pareceres acerca da superação do presente item, prescindindo a matéria de maiores esclarecimentos.

• **Dos incisos II e III, “a”, da Decisão nº 1.929/13 (CAM)**

17. O Tribunal, por intermédio do inciso II da Decisão nº 1.929/13, determinou à Secretaria de Segurança Pública que regularizasse a situação dos servidores da Polícia Civil, Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar irregularmente cedidos para desempenho de funções no âmbito do Sistema Penitenciário distrital.

18. De acordo com a resposta oferecida pela jurisdicionada e com a manifestação do Subsecretário de Administração-Geral da Secretaria de Segurança Pública em reunião realizada com o Corpo Técnico, não foram adotadas quaisquer medidas efetivas visando à regularização da situação dos servidores da PCDF com relação ao exercício de suas atividades na SESIPE/SSP.

19. A jurisdicionada alega que até a edição da Lei nº 3.669/05, não existia qualquer restrição ao exercício de policiais e bombeiros no





Sistema Penitenciário. Por fim, requer prorrogação do prazo inicialmente concedido<sup>4</sup> por um ano, para regularização da situação. Para tanto, afirma ser necessária a realização de novo concurso a fim de prover os quadros da carreira de Agente de Atividades penitenciárias.

20. Em face das informações carreadas aos autos, a Unidade Técnica, com aquiescência do douto **Parquet**, opina pelo descumprimento da determinação plenária e sugere a sua reiteração.

21. Preliminarmente, cumpre ressaltar o descaso em atender à deliberação desta Corte. Transcorridos mais de 10 anos da determinação, a jurisdicionada limita-se a solicitar, após provocação do Tribunal, concessão de prazo indeterminado para providenciar novo concurso e atender à diligência proferida.

22. Como bem destacado pela Unidade Técnica, desde que a Decisão nº 2.948/04 foi proferida, cerca de **1.600 vagas** para o cargo de Agente de Atividades Penitenciárias foram providas<sup>5</sup>. Se mesmo com esse grande aporte de novos servidores ainda há carência de mão de obra para o desempenho das atividades do Sistema Penitenciário no DF, é certo que as Polícias Civil e Militar, bem como o Corpo de Bombeiros Militar, também enfrentam problemas de efetivo.

23. Sendo assim, carece de razoabilidade a lotação dos servidores em órgãos distintos daqueles a que suas carreiras se vinculam, principalmente em um cenário de insuficiência de quadro dos órgãos de origem, não podendo persistir tal situação.

24. Nesse sentido, alinho-me aos Pareceres e entendo que devem ser reiterados à Secretaria de Estado de Segurança Pública do DF os termos do inciso II da Decisão nº 1.929/13, alertando os responsáveis que o descumprimento de deliberações desta Corte pode culminar na aplicação de sanções.

• **DOS INCISOS III, IV E V, “B”, DA DECISÃO Nº 3.552/05 (CRCC)**

25. Os dispositivos supra mencionados continham

<sup>4</sup> **Decisão nº 2.948/04 (CRR):** “(...)XIII. conceder prazo de um ano à SSPDS, PCDF, PMDF e CBMDF para que regularizem a situação relativa aos agentes de polícia (cerca de 50), policiais militares (cerca de 40) e bombeiros militares (cerca de 50), alocados irregularmente ao Sistema Penitenciário (Gerência Penitenciária de Operações Especiais - GEPOE), promovendo o retorno dos mesmos aos seus órgãos de origem, devendo tal ponto figurar como objeto de novo exame por ocasião dos próximos trabalhos de auditoria naqueles órgãos;”

<sup>5</sup> Atualmente há concurso em fase avançada para a seleção de novos candidatos para o referido cargo.



recomendações para que i) a PCDF adotasse providências com vistas a minimizar o número de servidores daquele órgão cedidos a outros órgãos, e ii) a jurisdicionada estudasse a viabilidade de desenvolvimento de programas informatizados de acompanhamento sobre a elucidação de crimes.

26. De acordo com a Unidade Instrutiva, apenas a questão referente à cessão de servidores foi analisada nesta oportunidade, uma vez que a verificação do desenvolvimento de programas informatizados integrou o roteiro de Auditoria Operacional realizada na PCDF no bojo do Processo nº 11.461/13.

27. Sobre o ponto analisado, o Corpo Técnico assim se pronunciou:

*“12. Em síntese, verificou-se que a PCDF examina os pedidos de cessão de servidores observando o disposto no art. 11 da Lei Federal n. 4.878/1965<sup>5</sup>, bem como as recomendações contidas no Relatório de Auditoria Anual de Contas n. 201109258, Auditoria n. 246555, fls. 130/132 do Anexo I, elaborado pela Controladoria Geral da União<sup>6</sup>.*

*13. Ademais, resumidamente, o regramento vigente prescreve que os quadros da Polícia Civil do Distrito Federal só podem ser cedidos quando atendidos aos menos os seguintes requisitos:*

✓ Correlação entre as atribuições dos cargos efetivo e

<sup>5</sup> Lei n. 4878/65 - Dispõe sobre o regime jurídico peculiar dos funcionários policiais civis da União e do Distrito Federal.

(...) Art. 11. O funcionário policial não poderá afastar-se de sua repartição para ter exercício em outra ou prestar serviços ao Poder Legislativo ou a qualquer Estado da Federação, salvo quando se tratar de atribuição inerente à do seu cargo efetivo e mediante expressa autorização do Presidente da República ou do Prefeito do Distrito Federal, quando integrante da Polícia do Distrito Federal.

<sup>6</sup> RECOMENDAÇÃO: 001- Recomendamos ao Gestor do FCDF atuar junto à PCDF e aos demais órgãos do Governo do Distrito Federal, de forma a buscar maior agilidade no reembolso ao fundo dos recursos relativos a pagamentos a servidores cedidos.

RECOMENDAÇÃO: 002 - Recomendamos à PCDF que adote as providências para o retorno dos servidores cedidos, mediante notificação prévia, nos casos de não efetivação dos reembolsos devidos, em atendimento ao contido no § 2º, do art. 4º, do Decreto nº 4.050/2001, sob pena de suspensão do pagamento da remuneração, conforme preceitua o parágrafo único, do artigo 10, do mesmo decreto.

RECOMENDAÇÃO: 003 - Recomendamos à PCDF nos casos de continuidade de cessão, verificada sua regularidade, proceder à comunicação mensal dos valores a serem reembolsados pelos órgãos cessionários, conforme o disposto no § 1º, do art. 4º, do Decreto nº 4.050/2001.

RECOMENDAÇÃO: 004 - Recomendamos à PCDF notificar os servidores cedidos para o exercício de funções não correlatas ao seu cargo que deverão retornar ao exercício de seus cargos, conforme o disposto no art. 71, da Lei n. 4.878/65.

RECOMENDAÇÃO: 005 - Recomendamos à PCDF observar na cessão de servidores o enunciado no parágrafo único do art. 23 do Decreto n. 59.310/66, que dispõe que o afastamento obedecerá sempre a prazo certo, permitida, contudo, a sua prorrogação, no interesse do Serviço Público.

RECOMENDAÇÃO: 006 - Recomendamos à PCDF solicitar ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG a criação de códigos identificadores no SIAPE para os cessionários do Distrito Federal, a exemplo do código criado para a Câmara Legislativa do DF, como informado, de modo a possibilitar o controle administrativo via sistema das cessões procedidas.



*comissionado (art. 11 da Lei Federal n. 4878/1965);*

✓ *Ressarcimento das despesas relacionadas ao cargo efetivo pelo órgão cessionário (§ 2º do art. 4º, do Decreto n. 4.050/2001);*

*14. Não obstante, na amostra examinada, verificou-se a cessão de diversos servidores sem a realização de estudos prévios capazes de comprovar a existência de correlação entre os cargos efetivo e comissionado. Além disso, em alguns casos, quando o citado estudo foi realizado pela PCDF e houve a indicação da ausência de correlação das atribuições, a restrição legal restou ignorada pela Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal<sup>7</sup>, que autorizou a cessão sem a suficiente motivação.”*

28. Concluindo, entendeu descabida a rediscussão dos dispositivos legais que impõe condicionantes à cessão de servidores da polícia e sugeriu a reiteração da diligência para que a Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal, a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal e a Polícia Civil do Distrito Federal dêem efetivo cumprimento ao disposto no art. 11 da Lei Federal nº 4.878/65, que assim dispõe:

*“Art. 11. O funcionário policial não poderá afastar-se de sua repartição para ter exercício em outra ou prestar serviços ao Poder Legislativo ou a qualquer Estado da Federação, salvo quando se tratar de atribuição inerente à do seu cargo efetivo e mediante expressa autorização do Presidente da República ou do Prefeito do Distrito Federal, quando integrante da Polícia do Distrito Federal.*

29. O Órgão Ministerial endossa as sugestões apresentadas pela Instrução, com acréscimo no sentido de que o Tribunal emita as seguintes determinações ao Diretor-Geral do TCDF:

*“a) verifique a correlação entre as atribuições dos cargos efetivo e comissionado dos servidores oriundos dos quadros da PCDF para este Tribunal;*

*b) adote providências para o imediato retorno à PCDF dos servidores em que for constatado o desatendimento da referida norma;*

*c) verifique se a servidora mencionada no parágrafo 17 deste Parecer está, de fato, cedida de forma irregular ao Tribunal de Contas do DF desde o ano de 2010;”*

<sup>7</sup> Competência delegada nos termos do Decreto n. 22.994/2002, art. 1º, I – Autorizar cessão e prorrogação de cessão de servidor para órgão ou entidade da Administração Pública direta, autárquica e fundacional, bem como de empresas públicas e Sociedades de Economia Mista do Distrito Federal.



30. Quanto à esta matéria, com as devidas vênias, ousou discordar dos Pareceres.

31. A interpretação dada ao art. 11 da Lei Federal nº 4.878/65 deve ser relativizada não só pelo longo tempo decorrido desde sua edição, quase 50 (cinquenta) anos, mas, sobretudo, pelas mudanças que ocorreram desde então. Em 1965, o Distrito Federal ainda não desfrutava de autonomia político-administrativa que hoje detém, na qualidade de ente federativo anômalo ora equiparado a Estados, ora a Municípios pela Constituição Federal de 1988.

32. Ademais, não vislumbro equiparação entre as situações em que o servidor policial é cedido a outro órgão para lá exercer **cargo comissionado** ou **função de confiança**, e aquela em que, conforme dispõe a Lei nº 4.878/65, o servidor afastar-se *“de sua repartição para ter exercício em outra ou prestar serviços ao Poder Legislativo ou a qualquer Estado da Federação”*.

33. Isso porque, ao ser nomeado/designado para cargo comissionado/função de confiança, o servidor passa a ser responsável pelas atribuições inerentes àquele cargo/função que irá desempenhar, independente daquelas inerentes ao cargo efetivo que ocupa. Não fosse assim, não seria possível que auditores dos serviços auxiliares à esta Corte ocupassem cargos de gerência e administração, uma vez que tais atribuições não são correlatas às atribuições do cargo de auditor.

34. Mais absurda ainda seria a situação dos servidores de carreira policial que, devido ao caráter específico que têm as atividades policiais, jamais poderão exercer atividades fora da polícia – nem mesmo aquelas de direção dos órgãos de segurança pública – em face da remota hipótese de correlação com as atribuições de cargos em comissão da área administrativa de qualquer um dos poderes.

35. A compatibilidade de atribuições só parece razoável naqueles casos em que o servidor estará lotado em outro órgão sem qualquer função de confiança ou cargo comissionado. Nesses casos, até a fim de evitar possíveis questionamentos acerca de desvio de função e afins, a Administração deve cuidar para que não haja qualquer desvirtuamento das atribuições desempenhadas pelo servidor.

36. Diante de todo o exposto, entendo que a possibilidade de cessão deve ser atrelada a um juízo de oportunidade e conveniência do gestor, sendo indispensável que o órgão cedente verifique o real impacto que as cessões de servidores causam nos seus quadros próprios e as



implicações que podem ter no cumprimento de sua missão Institucional. Sendo viável e oportuna a cessão e o servidor nomeado para cargo em comissão ou função de confiança, não vislumbro a necessidade de compatibilidade das atribuições do cargo efetivo com aquelas que irá desempenhar.

37. Por fim, destaca-se que a questão das cessões ora examinadas passou a ser regulada unicamente pela Lei Distrital nº 3.556/05<sup>5</sup>, que deve ser observada doravante.

Diante de todo o exposto e lamentando divergir dos Pareceres, VOTO no sentido de que o Tribunal:

I. tome conhecimento dos documentos constantes às fls. 104/140 e nos Anexos II e III;

II. considere superado o inciso IV, alínea “a” da Decisão nº 596/06, em face do entendimento contido na Decisão nº 6.868/06 e do desfecho do Processo/TJDFT nº 2001.01.1.105887-3, cujo objeto restou não provido;

III. reitere à Secretaria de Estado de Segurança Pública e da Paz Social o inciso II da Decisão nº 1.929/13, determinando-lhe que, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as providências cabíveis para regularizar a situação indevida anotada na Inspeção nº 1.1103.13, observando as diretrizes contidas no Processo nº 988/02; e remetendo à Corte, no mesmo prazo, a documentação comprobatória das medidas efetivamente realizadas;

IV. informe à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que esta Corte deixará de exigir, nas cessões de servidores da Polícia

---

<sup>5</sup> LEI Nº 3.556, DE 18 DE JANEIRO DE 2005. Regulamenta a cessão de servidor da Polícia Civil do Distrito Federal para servir a outro órgão ou entidade e dá outras providências. [...]

Art. 1º O afastamento, para servir a outro órgão ou entidade, de servidores da carreira de policiais civis da Polícia Civil do Distrito Federal somente será autorizado para:

I – a Presidência da República, para o exercício de qualquer cargo em comissão ou função de confiança;

II – os demais órgãos da Administração Pública Federal e para os demais Poderes da União, para o exercício de Cargo de Natureza Especial – CNE ou cargo em comissão, cuja remuneração seja igual ou superior ao DFG-11 ou DFA-11;

III – a Governadoria e Vice-Governadoria do Distrito Federal, para o exercício de qualquer cargo em comissão;

IV – os demais cargos da Administração Pública do Distrito Federal e para os demais Poderes do Distrito Federal, para o exercício de Cargo de Natureza Especial – CNE ou cargo em comissão, cuja remuneração seja igual ou superior ao DFG-06 ou DFA-06.





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.3/A.4

e-DOC 988315B7

Proc 33651/2013

Fls.: \_\_\_\_\_

Proc.: 33.651/13

Rubrica

Civil, a correlação de atribuições, bastando ater-se ao cumprimento da Lei Distrital nº 3.556/05;

V. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Auditoria para adoção das providências pertinentes.

Sala das Sessões, 15 de dezembro de 2015.

**JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS**  
**Conselheiro - Relator**

Distribuição de cópias antecipadas (RI/TCDF, art. 54, II), em 14.12.2015